

Governo atrasa envio de medidas

O presidente Sarney abrirá um confronto com o Poder Legislativo se não mandar ao Congresso o "pacote fiscal" previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1990, que ele mesmo sancionou, disse ontem o líder do PSDB, deputado Euclides Scalça (PR).

O pacote, preparado pelo Ministério da Fazenda e pela Seplan, está no gabinete Civil da Presidência da República e já deveria ter chegado ao Congresso, de acordo

com o artigo 36 da LDO, que dá um prazo até o final de julho para que o Executivo proponha "projeto de lei dispendo sobre alterações na legislação de tributos e contribuições econômicas e sociais".

Mas o presidente não estaria disposto a enviar o pacote, por entender que o próprio Congresso deve tomar a iniciativa de mudanças nessa área, revelam assessores da Fazenda. O líder do governo na Câmara, Luís Roberto Ponte, confir-

mou ontem ao ministro Mailson da Nóbrega, a resistência do presidente Sarney, que não quer a responsabilidade de aumentar impostos em final de mandato.

O problema é que a LDO, aprovada pelo Congresso e sancionada por Sarney, determina expressamente, no artigo 36, que "o poder Executivo enviará ao Congresso" os projetos de modificação da legislação tributária.